

A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”

Elizete Vieira Vitorino

Pós-Doutorado pela Universidade do Porto (U.PORTO) - Portugal. Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, SC - Brasil. Professora da Universidade de Federal de Santa Catarina (UFSC) - Florianópolis, SC - Brasil.

<http://lattes.cnpq.br/7540571280471559>

E-mail: elizete.vitorino@ufsc.br

Submetido em: 03/03/2018 . Aprovado em: 15/05/2018 . Publicado em: 26/09/2018.

RESUMO

Examina o tema da competência em informação sob uma nova perspectiva: a conexão dele com a vulnerabilidade. Aborda o conceito e as características da competência em informação e da vulnerabilidade. Trata das populações e grupos vulneráveis, com o intuito de construir sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação” sob o enfoque da vulnerabilidade social. Pondera, a partir desta perspectiva, que todos nós somos, em algum momento de nossa vida, vulneráveis em alguma situação, ou seja, a vulnerabilidade é intrínseca ao ser humano e, por isso, resguarda uma complexidade própria, fato este que também se apresenta à informação e à competência em informação. Apresenta uma via possível de conexão que se coloca às duas temáticas por meio da resiliência. Propõe um conceito à “vulnerabilidade em informação”, considerando que há ainda muitas possibilidades de aprofundamento à nova temática.

Palavras-chave: Competência em informação. Vulnerabilidade. Populações vulneráveis. Grupos vulneráveis. Vulnerabilidade em informação.

Information literacy and vulnerability: building meanings to the subject of “vulnerability in information”

ABSTRACT

It investigates the subject of information literacy from a new perspective: its connection with vulnerability. It approaches the concept and the characteristics of information literacy and vulnerability. It deals with vulnerable populations and groups, in order to build meanings for the issue “vulnerability in information” from the focus of social vulnerability. From this perspective, it claims that all of people are, at some point in life, vulnerable in some situation, that is, vulnerability is intrinsic to the human being and, therefore, it presents its own complexity, as well as information and information literacy. It introduces a possible connection between this two themes through resilience. It argues in favor of a concept “vulnerability in information”, considering that there are still many possibilities of deepening to the new subject.

Keywords: *Information literacy. Vulnerability. Vulnerable populations. Vulnerable groups. Vulnerability in information.*

La alfabetización en información y vulnerabilidad: construyendo sentidos a la temática de la “vulnerabilidad en información”

RESUMEN

Examina el tema de la alfabetización en información (ALFIN) bajo una nueva perspectiva: la conexión de éste con la vulnerabilidad. Aborda el concepto y las características de la alfabetización en información y vulnerabilidad. Se trata de las poblaciones y grupos vulnerables, con el fin de construir sentidos a la temática de la “vulnerabilidad en información” bajo el enfoque de la vulnerabilidad social. En esta perspectiva, se plantea que todos somos, en algún momento de nuestra vida, vulnerables en alguna situación, o sea, la vulnerabilidad es intrínseca al ser humano y, por eso, resguarda una complejidad propia, hecho éste que también se presenta a la información ya la alfabetización en información. Presenta una vía posible de conexión que se plantea a las dos temáticas por medio de la resiliencia. Propone un concepto a la “vulnerabilidad en información”, considerando que todavía hay muchas posibilidades de profundizar en la nueva temática.

Palabras clave: Alfabetización en información. ALFIN. Vulnerabilidad. Poblaciones vulnerables. Grupos vulnerables. Vulnerabilidad en información.

INTRODUÇÃO

Os estudos empreendidos até o presente momento sobre a competência em informação encaminham para as mais variadas discussões: se a temática é uma “moda”, se deve ser ensinada aos profissionais da informação e áreas correlatas/interdisciplinares, ou se deve ser ensinada aos usuários de bibliotecas, ou seja, aqueles que já fazem uso dos serviços oferecidos por unidades de informação. Nosso esforço aqui é mostrar que há outras conexões possíveis e nossos estudos encaminham para a vulnerabilidade¹.

Mas de que ponto partiu nossa investigação? O que nos leva a crer na relevância de buscar “outros mares” possíveis à temática da competência em informação? Um dos argumentos dos quais nos valem aqui é de que o desenvolvimento da competência em informação se tornou de tal modo relevante, que há uma série de argumentos e fatos que confirmam essa percepção.

¹ Este trabalho é resultado de pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e se conecta às pesquisas orientadas pela autora em âmbito de graduação, de mestrado e de doutorado. O projeto, aprovado no ano de 2016 e que está em fase de levantamento bibliográfico, é uma das atividades do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIN), cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

A Unesco, ao instituir o dia 8 de setembro como o Dia Internacional da Alfabetização - data criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no ano de 1967 - incluiu a temática nos seus discursos e eventos. Num desses documentos, o Education 2030 - Incheon Declaration and Framework for Action², criado para a implementação do Objetivo 4 do Desenvolvimento Sustentável - Garantir uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos - sugeriu-se a implementação de uma nova agenda, cujo foco, além da eficiência, eficácia e equidade dos sistemas educacionais, deve ser o de atrair e reter aqueles que estão atualmente excluídos ou em risco de serem marginalizados.

² O World Education Forum 2015 ocorreu em Incheon, República da Coreia e foi organizado pela Unesco, juntamente com o Unicef, o Banco Mundial, entre outras organizações. Foram mais de 1.600 participantes, de 160 países, incluindo mais de 120 ministros, chefes e membros de delegações, chefes de agências e funcionários de organizações multilaterais e bilaterais, organizações e representantes da sociedade civil, docentes, jovens, entidades do setor privado, entre outros, os quais adotaram a *Declaração de Incheon para Educação 2030*, que estabelece uma nova visão para a educação nos próximos 15 anos.

Além disso, o mesmo documento reforça que, para assegurar uma educação de qualidade e condições para uma educação efetiva, os governos devem fortalecer os sistemas educacionais, instituindo e melhorando a governança e responsabilidade inclusivas, mecanismos de garantia da qualidade na educação, sistemas de gerenciamento da informação; financiamento transparente e efetivo, garantir que os dados estejam disponíveis e acessíveis e que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) devem ser aproveitadas para fortalecer os sistemas educacionais e a disseminação do conhecimento, fornecer acesso a informações, oferecer serviços de modo mais eficiente, por meio do compartilhamento de melhores práticas (UNESCO, 2015, p. 32, 36).

Ao propósito de efetivar a educação para povos excluídos ou em risco, unem-se outros argumentos. O dia 28 de setembro foi declarado pela Unesco como o Dia Internacional do Acesso Universal à Informação (International Day for Universal Access to Information – IDUAI). A data foi instituída em 17 de novembro de 2015 (UNESCO, 2015), por meio da Resolução (38 C/70), e sua primeira celebração pelo mundo se deu no ano de 2016. Segundo o documento, a data busca marcar no calendário aquilo que já está na legislação de vários países, mas que ainda não foi implementado em alguns governos, quanto ao direito das pessoas em procurar, acessar e receber informações de organismos públicos e privados, com vistas a fortalecer a democracia e fornecer uma mensagem consolidada sobre a necessidade de maior acesso à informação para aumentar a conscientização pública e a igualdade de direitos (UNESCO, 2015).

Noutro documento, o Framework for Information Literacy for Higher Education, publicado pela ALA/ACRL no ano de 2016, no qual a definição atualizada da competência em informação se apresenta como o conjunto de habilidades integradas que abrange a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação de novos conhecimentos, além da participação ética nas comunidades de aprendizagem.

No mesmo documento, a competência em informação é apresentada como uma “metacompetência”, na qual as responsabilidades das pessoas, dos educadores e dos profissionais da informação se unem à ética, à colaboração e à partilha de conhecimentos (AMERICAN..., 2016).

Por outra via, e considerando o que apresenta Adger (2006), em seu trabalho, a vulnerabilidade pode ser configurada como a exposição (condições que tornam as pessoas ou lugares vulneráveis ao perigo); a condição social (medida da resistência a riscos); e a integração das exposições potenciais e resiliência social com um foco específico em zonas ou regiões. Há também, segundo o autor, tendências em considerar a “vulnerabilidade como resultado” e a “vulnerabilidade contextual” como dois focos opostos de pesquisa e de tradições relativas a debates dentro da área de mudança climática. As distinções entre resultados e processos de vulnerabilidade também são importantes, pois retratam ainda mais a divisão disciplinar entre esses esforços que ignoram sistemas físicos e biológicos (direitos e meios de subsistência) e aqueles que tentam integrar os sistemas sociais e ecológicos (ADGER, 2006). Ainda segundo o mesmo autor, há algumas tendências em pesquisas sobre vulnerabilidade que retratam certo impulso para a investigação sobre direitos relacionados à vida, tais como a necessidade de explicar a insegurança alimentar, os conflitos civis e a agitação social.

Enquanto a instituída metacompetência – a competência em informação – parece denotar a via do desenvolvimento humano, na contramão dela está a vulnerabilidade, condição na qual o risco, o perigo e a exposição, seja no contexto, seja como resultado, desfavorecem o desenvolvimento humano, de tal modo a gerar insegurança e a falta de direitos relacionados à vida: está aí também a necessidade básica de acesso à informação.

Sob a perspectiva da relevância de investigar a temática da competência em informação em conexão com a vulnerabilidade, e tomando por base a necessidade de desenvolver a metacompetência nas pessoas, a fim de minimizar os efeitos perversos dos riscos e danos aos quais estão sujeitas no que se refere ao acesso à informação, nos propomos a instituir uma aproximação entre as temáticas, sobretudo quanto à constituição do conceito de “vulnerabilidade em informação”. Trazemos aqui diversos recortes que se unem a ideias já mencionadas em trabalhos anteriores (VITORINO; PIANTOLA, 2009; VITORINO; PIANTOLA, 2011; VITORINO, 2016a; VITORINO, 2016b), como “um patchwork complexo e colorido”, e que pretendem fornecer elementos para a criação desta nova temática de estudos.

Portanto, neste trabalho reconhecemos, como foco principal, o campo de investigação e de ação possível da “vulnerabilidade em informação”, e pretendemos, numa perspectiva ampla, que os resultados das reflexões aqui delineadas proporcionem as bases para estudos sobre as necessidades de informação dos grupos considerados “vulneráveis”, e que, noutra via, promovam o desenvolvimento da competência em informação voltada para esses grupos. Nesse sentido, nos propomos na pesquisa que se desenvolve e se desenvolverá entre os anos de 2016-2019, a alcançar os objetivos (geral e específicos), os quais se concretizarão por meio de metas e ações.

O objetivo geral da pesquisa mais ampla consiste em desenvolver a competência em informação de pessoas em situação socialmente vulnerável no contexto brasileiro. Quanto aos objetivos específicos, pretendemos: 1º) caracterizar, de acordo com a literatura, o conceito de “vulnerabilidade” e de “vulnerabilidade em informação”; 2º) identificar os indicadores sociais que caracterizam os grupos socialmente vulneráveis no Brasil; 3º) identificar as necessidades de informação de um grupo e/ou comunidade considerado socialmente vulnerável; 4º) monitorar as desigualdades informacionais por meio da criação de um observatório; 5º) identificar oportunidades de ação numa realidade caracterizada em termos de “vulnerabilidade em informação”;

6º) promover ações de desenvolvimento da competência em informação numa realidade caracterizada como de “vulnerabilidade em informação”.

Este trabalho refere-se ao 1º objetivo específico e desdobra-se naquilo que obtivemos como possibilidades e categorias de estudo do tema “vulnerabilidade”: conceitos, características e grupos vulneráveis. Reunimos, neste trabalho, elementos que podem servir à construção do conceito de “vulnerabilidade em informação”, na perspectiva das fontes investigadas e dos subsídios obtidos nas investidas bibliográficas.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Considerando as premissas apontadas e a necessidade de compreender claramente um conceito antes de “transportá-lo” e utilizá-lo em outro campo de conhecimento, para evitar usos equivocados, recorreremos à pesquisa bibliográfica, na sua concepção clássica, em que a ênfase na escolha das fontes, na leitura e análise dos documentos obtidos no levantamento inicial ao Portal Capes foi crucial, tendo em vista que remeter a outras fontes que favoreceram o esclarecimento do conceito de vulnerabilidade, suas características e elementos a considerar quando da aplicação e uso deste na conexão com a competência em informação. Cabe reforçar que o tema da competência em informação já é investigado na literatura internacional desde os anos de 1970 (ZURKOWSKI, 1974) e que nas “terras brasileiras” já se discute o tema desde os anos 2000. Por essa via, trouxemos inicialmente o tema novo – a vulnerabilidade – em primeiro lugar, para depois buscar conexões com a competência em informação.

Sob essa perspectiva, quanto à “vulnerabilidade”, buscou-se o termo no primeiro momento no Portal Capes sem definir o nome do periódico, somente para se ter uma dimensão da produção científica que arrola esse termo. A busca foi realizada em 6 de maio de 2016, e o termo em inglês utilizado foi “vulnerability”. Para a primeira “investida na literatura”, recuperaram-se 99.676 resultados.

Os 10 primeiros resultados dessa busca, por ordem de relevância, apontaram para uma tendência: os trabalhos sobre o tema se vinculam às áreas da saúde (enfermagem, ética), qualidade (engenharia), meio ambiente (ecologia, mudanças climáticas), serviço social. Não havia, portanto, na primeira busca ampla, quaisquer vestígios da vinculação à área da ciência da informação ou à competência em informação. É sob o olhar atento ao “aparecimento” da temática na literatura que também se tem a percepção que uma busca bibliográfica nunca se esgota, mas é possível “cercar” alguns possíveis resultados, cujo fim se destina à compreensão de dado tema.

Por essa via de raciocínio, a elaboração do referencial teórico e conceitual foi complementada com o acesso ao acervo físico de bibliotecas, no caso específico deste trabalho, utilizamos o acervo físico do Sistema de Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina (BU-UFSC).

Os resultados da busca bibliográfica permitiram tomar conhecimento dos aspectos conceituais e de características relacionadas à vulnerabilidade, os quais levaram à elucidação da temática e à proposição de elementos que podem contribuir à elaboração do conceito de “vulnerabilidade em informação”. Nos próximos itens são descritos conceitos, características, dimensões e grupos vulneráveis que se complementam com os elementos que compõem o conceito proposto de “vulnerabilidade em informação”.

VULNERABILITY: APRESENTANDO O TEMA DA VULNERABILIDADE

A vulnerabilidade, por si só, e por tratar do ser humano, é um conceito complexo. Não é exagero referir-se à vulnerabilidade como a possibilidade de dano, às limitações e à condição mortal das pessoas (FEITO, 2007). Em se tratando da identificação e da gestão da vulnerabilidade, Barbara Fawcett (2009) afirma que a vulnerabilidade é cada vez mais incorporada à legislação e às políticas públicas e nas práticas recomendadas em nações do Ocidente.

Ainda assim, a autora critica que um conceito objetivo e um significado fixo com validade e aplicabilidade universal para a temática são questionáveis. Para ela, são necessárias conexões contemporâneas feitas entre vulnerabilidade, risco, controle e gestão, além da interpretação diferenciada “das habilidades na vulnerabilidade”, e que perpassam, entre outras questões, os serviços ofertados às pessoas.

Essa crítica associa-se em grande parte ao próprio surgimento e uso do termo que, segundo Adorno (2001), passou a ser empregado na esfera da saúde pública devido a uma epidemia moderna: a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS). Para o autor, o caráter dessa epidemia, a maneira como ela atingiu variados grupos – de formas diversas e em diferentes países – e a reação que desencadeou nos movimentos sociais contribuíram para que Jonathan Mann conceituasse esse termo na década de 1980 ao expor um “modelo” de como pensar a relação entre o vírus e o contexto socioeconômico e quais grupos sociais e indivíduos poderiam ser mais ou menos vulneráveis ao desenvolvimento da epidemia.

Nessa vertente, nasce um movimento de “substituição dos termos risco e população de risco”, que cedeu lugar à discussão sobre quais seriam as diferentes condições de vulnerabilidade em que se encontravam expostos estes ou aqueles grupos sociais, ou mesmo populações inteiras de um país (ADORNO, 2001, p. 11). Ainda assim tais termos se mantiveram em uso e ainda hoje são utilizados em diferentes circunstâncias. Vulnerabilidade, vulnerabilidade social e exclusão social são conceitos complementares.

A vulnerabilidade social se constitui por pessoas e também por lugares, os quais estão expostos à exclusão social (famílias, indivíduos sozinhos), além disso, é um termo geralmente associado à pobreza. Os indivíduos ou grupos que estão na condição de vulnerabilidade social são aqueles que não têm voz ativa, geralmente moram na rua, ou dependem de favores de outros.

Tratando da vulnerabilidade especificamente na Europa e no Reino Unido e da definição de um “adulto vulnerável”, Bárbara Fawcett (2009), ao citar o documento DOH (Department of Health da Inglaterra)³ afirma: trata-se de qualquer pessoa com mais de 18 anos, que é ou pode estar com necessidade de serviços e de cuidados comunitários, como resultado de uma doença mental, de uma deficiência da própria idade e que é, ou pode ser incapaz de cuidar de si mesma ou incapaz de proteger-se contra dano ou exploração significativa (DOH, 2000). Definições como essa, apresentada pelo DOH do Reino Unido, favorecem a identificação e a avaliação do que constitui “um adulto vulnerável”, a fim de protegê-lo contra danos e gerar apoio e acesso a serviços. Mas Fawcett (2009) ressalta que essa interpretação dominante também enfatiza fraquezas em vez de forças, o que implica dependência, passividade e a necessidade de assistência em vez de autonomia e autodeterminação.

Também é notável, na literatura investigada, que mais e mais indivíduos e grupos estão sendo identificados como vulneráveis e como o termo assume cada vez maior aplicabilidade de habilidades ou, melhor dizendo, de falta de aplicabilidade delas. Fawcett (2009) cita, por exemplo, a situação das mulheres idosas, pessoas com deficiência e aqueles diagnosticados com problemas de saúde mental.

A fim de explorar as implicações práticas da construção conceitual dominante de vulnerabilidade e revisar os aspectos relativos ao risco, controle e gestão da segurança, a autora assegura que é útil considerar - prioritariamente - que nenhum desses grupos pode ser visto como homogêneo, e que existe uma variação considerável no que diz respeito às expectativas, experiências e circunstâncias que necessitam ser reconhecidas para que um grupo seja considerado vulnerável.

³ Publicado pelo Department of Health da Inglaterra em 20 de março de 2000 e atualizado em 22 de janeiro de 2015 (Disponível em: <https://www.gov.uk/government/organisations/department-of-health>), este guia intitulado *No Secrets* (sem segredos), aplica-se aos cuidados e apoio a adultos vulneráveis da Inglaterra. Estabelece um código de práticas para a proteção de adultos vulneráveis. Explica como os prestadores de serviços de saúde e assistência social devem trabalhar em conjunto para produzir e implementar políticas e procedimentos locais. Eles devem colaborar com os setores público, voluntário e privado, e também devem consultar os usuários do serviço, seus cuidadores e grupos representativos.

Na vertente de compreender os diversos sentidos que se empregam quando tratamos do tema vulnerabilidade, Adger (2006) aponta que há uma série de disciplinas e de tradições teóricas que se ocupam de estudar a temática da vulnerabilidade. Segundo o autor, disciplinas como a geografia, a economia, a antropologia, a psicologia e a engenharia usam o termo vulnerabilidade⁴.

A teoria da vulnerabilidade, quando relacionada à geografia, por exemplo, refere-se à mudança ambiental. O autor também argumenta que as diversas disciplinas têm contribuído para apresentar a compreensão dos sistemas socioecológicos, enquanto conhecimentos relacionados com direitos, os quais estão fundamentados na análise da vulnerabilidade e em teorias de mudança social e de tomada de decisão. Adger (2006) defende que essas disciplinas e tradições continuam a contribuir para métodos e conceitos emergentes em torno de sistemas socioecológicos e sua vulnerabilidade inerente e dinâmica.

O autor apresenta um quadro elucidativo sobre as tradições de pesquisa na área da vulnerabilidade, que estão listadas no quadro 1.

Quadro 1 – Tradições de pesquisa na área da vulnerabilidade

Vulnerabilidade à fome e à insegurança alimentar; vulnerabilidade à escassez de produção de alimentos ou fracassos; vulnerabilidade como uma falha de direitos e escassez de recursos
Vulnerabilidade aos riscos em regiões críticas por meio da probabilidade e conseqüente perigo. Aplicações e impactos das mudanças climáticas.
Ecologia humana; análise estrutural humana de causas subjacentes da vulnerabilidade aos riscos naturais; gestão de desastres.
Modos de vida sustentáveis e vulnerabilidade à pobreza; explica porque as populações se tornam ou permanecem pobres com base na análise de fatores econômicos e nas relações sociais.

Fonte: Adaptado de Adger (2006).

⁴ Nossa investida na literatura mostrou que também podemos incluir, entre as disciplinas que estudam a vulnerabilidade, a medicina, enfermagem, o direito, entre outras.

Percebe-se que a vulnerabilidade como um conceito se apresenta na literatura, na maior parte das vezes, para servir à identificação de pessoas ou populações em risco. Sveinsdóttir e Rehnsfeldt (2005) consideram que é cada vez mais necessário que o tema seja discutido na literatura e que se deve tentar definir e descrever a vulnerabilidade de uma “perspectiva solidária”. E continuam: se a vulnerabilidade é definida com base no risco relativo do dano para grupos ou indivíduos, em seguida, as características dos grupos vulneráveis ou indivíduos devem ser definidas. Esta abordagem para os autores, mesmo importante na formulação de políticas, resultou em grupos e estereótipos, em vez de forças ou qualidades experienciais

Na perspectiva defendida pelos autores, a vulnerabilidade aparece como uma característica incorporada em profissionais e em pessoas comuns, ou seja, reconhece-se que o ser humano é um ser vulnerável – independentemente “do lado onde ele esteja”. A relação entre profissional e indivíduo vulnerável é uma experiência central nas suas vidas e, portanto, pode-se inferir que a vulnerabilidade como um conceito e um fenômeno é fundamental para compreender a situação do indivíduo vulnerável. Se, por outro lado, ser vulnerável é experimentado como uma ameaça do entorno, é necessário, para ganhar o controle da situação, usar diferentes tipos de “estratégias de sobrevivência”. Ao ver vulnerabilidade como mútua, há uma chance para ambas as partes de crescerem, mas isso significa que não há respostas reais dadas na literatura sobre esta perspectiva de dupla via profissional-pessoa vulnerável (SVEINSDÓTTIR; REHNSFELDT, 2005).

Em resumo, a vulnerabilidade pode ser analisada tanto do ponto de vista do contexto, como do ponto de vista da existência humana. Do ponto de vista existencial, respeitando a dignidade da pessoa - vista como um valor básico em cuidar de outro ser humano – mas também uma exigência ética, para minimizar o sentido de vulnerabilidade. Há ainda que se ponderar a possibilidade de encontrarmos pessoas em diferentes estados de vulnerabilidade, o que exige identificar “motivos éticos” para que uma relação adequada se estabeleça.

Para Sveinsdóttir e Rehnsfeldt (2005), ao reconhecer a vulnerabilidade no indivíduo vulnerável, reconhecendo sua própria vulnerabilidade, por meio da partilha desta condição humana, os profissionais podem, eventualmente, capacitar as pessoas e a si mesmos. Além disso, a sua capacidade de ganhar mais profunda compreensão do que significa ser membro de um grupo vulnerável é aumentada e, assim, o perigo de estereótipos para os mesmos membros é diminuída.

Considerando outra perspectiva, Adger (2006) observa que a vulnerabilidade é o estado de susceptibilidade a danos causados por exposição a tensões associadas com a mudança ambiental e social e da ausência de capacidade de adaptação. Tradições teóricas “mais antigas” incluem as teorias de vulnerabilidade vinculadas à “falha de direito” e ao “perigo”. Adger (2006) ressalta que o conceito de vulnerabilidade tem sido uma ferramenta analítica relevante para descrever estados de susceptibilidade a danos, impotência e marginalidade de sistemas físicos e sociais, e para orientar a análise normativa de ações para melhorar o bem-estar por meio da redução do risco.

Ao que parece, nas formulações apresentadas na literatura investigada no Portal Capes para o conceito de vulnerabilidade, os principais parâmetros usados são o estresse a que um sistema está exposto, a sua sensibilidade e a sua capacidade de adaptação/adequação à mudança - a última tratada por Adger (2006) como resiliência. Assim, a pesquisa de vulnerabilidades e a pesquisa em resiliência têm elementos comuns: os choques e tensões experimentadas pelo sistema socioecológico, a resposta do sistema e a capacidade de ação/resposta.

Brombacher (2011) considerou que no século XXI grandes riscos não são mais possíveis de serem dominados, o que torna os sistemas muito mais vulneráveis.

Para o autor, ao lidar com riscos desse século, será preciso considerar novas formas de lidar com os mesmos riscos, ou seja, uma análise de risco mais abrangente não poderá se valer somente dos domínios tradicionais, será preciso utilizar instrumentos da psicologia e da sociologia para chegar a um tipo de análise de vulnerabilidade adequado às demandas atuais.

Em Cunha e Garrafa (2016), os autores constataam que “vulnerabilidade” é um substantivo derivado do latim *vulnus* e que significa “ferida”. O adjetivo “vulnerável” é usado para descrever algo que é “susceptível ao ataque físico ou emocional ou danos”. Para os autores, a vulnerabilidade está relacionada às condições de exposição ou de susceptibilidade ao “ferimento” ou ao dano. Na perspectiva do trabalho desenvolvido pelos autores, ou seja, a bioética, a vulnerabilidade é uma capacidade que pode, essencialmente, ser descrita relacionando-a com o princípio da autonomia: uma pessoa vulnerável é aquela incapaz de tomar decisões sobre os próprios interesses. Os autores ainda consideram que, dado o seu estado dependente e sua capacidade frequentemente comprometida, os grupos vulneráveis devem ser protegidos contra o risco, porque eles são alvo fácil de manipulação, como resultado da sua doença ou condição socioeconômica. Os autores ainda alertam que a inclusão de “economicamente desfavorecidos”, como um grupo vulnerável, pode ser utilizado para excluir tais indivíduos de determinadas investigações, os quais constituiria uma forma injusta e paternalista de discriminação que pode servir para marginalizar ainda mais, privar ou estigmatizá-los.

Ao citar o trabalho de Ruth Macklin, a qual defende uma “teoria ampla para a vulnerabilidade”, no que se refere à ética e à bioética (campo de pesquisa desta autora)⁵ e quanto às mulheres, Cunha e Garrafa (2016) alertam que ainda assim há limitações, pois ao levar-se em conta tanto aspectos da vulnerabilidade intrínseca e os determinantes sociais e culturais de certos grupos, eles tornam algumas mulheres mais vulneráveis do que outras.

⁵ A página inicial do artigo desta autora sobre sua teoria, cujo título é *A global ethics approach to vulnerability*, pode ser visualizada em: <http://www.utpjournals.press/doi/pdf/10.3138/ijfab.5.2.64>; DOI: 10.3138/ijfab.5.2.64, publicado no periódico *IJFAB: International Journal of Feminist Approaches to Bioethics*, V.5, No. 2, Fall 2012.

Noutro trabalho – por sua vez publicado no Brasil, na *Revista de Saúde Pública* - Arán e Peixoto Junior (2007) também mencionam as discussões propostas por Ruth Macklin no artigo intitulado “Bioética, vulnerabilidade e proteção” (MACKLIN, 2004, p.60), no qual a autora formula a pergunta: “o que torna indivíduos, grupos ou países vulneráveis?”. Para a autora, baseada na definição das Diretrizes Éticas Internacionais de Pesquisa, revisada pelo Conselho para Organizações Internacionais de Ciências Médicas no ano de 2016⁶, “pessoas vulneráveis são pessoas relativa ou absolutamente incapazes de proteger os próprios interesses. De modo mais formal, podem ter poder, inteligência, educação, recursos e forças insuficientes ou outros atributos necessários à proteção de seus interesses” (MACKLIN, 2004, p.60)⁷. A principal característica de vulnerabilidade expressa nesta definição indica “uma capacidade ou liberdade limitada”. De maneira resumida, as características da vulnerabilidade podem ser vistas no quadro 2.

⁶ *Council for International Organizations of Medical Sciences. International ethical guidelines for biomedical research involving human subjects*. A primeira versão do documento foi produzida em Genebra, na Suíça, em 2002, em parceria com a Organização Mundial de Saúde (OMS) (Disponível em <http://www.recerca.uab.es/ceeah/docs/cioms.pdf>. Acesso em 17 jul. 2017). Na última versão, publicada no ano de 2016, destaca-se que os indivíduos que participam de pesquisas relacionadas à saúde têm direitos humanos individuais e têm o direito de ser protegidos contra os riscos que a pesquisa pode trazer para eles, e que os comitês de ética em pesquisa podem usar as diretrizes do CIOMS para avaliar se determinado protocolo de pesquisa é eticamente aceitável ou não (a versão do ano de 2016 está disponível somente para compra, mas um resumo do documento pode ser obtido em <https://cioms.ch/shop/product/international-ethical-guidelines-for-health-related-research-involving-humans/>. Acesso em 17 jul. 2017).

⁷ *Vulnerable persons are those who are relatively (or absolutely) incapable of protecting their own interests. More formally, they may have insufficient power, intelligence, education, resources, strength, or other needed attributes to protect their own interests*. (CIOMS International Ethical Guidelines for Biomedical Research Involving Human Subject, 2002, p.44. Disponível em <http://www.recerca.uab.es/ceeah/docs/cioms.pdf>. Acesso em 17 jul. 2017)

Quadro 2 – As características da vulnerabilidade

Características da vulnerabilidade
Um estado de dependência (estar “à mercê” de alguém)
Estados de susceptibilidade a danos, impotência e marginalidade de sistemas físicos e sociais
Formas de exclusão social, traumas e crises em diferentes pontos da vida (BECKETT, 2006 apud FAWCET, 2009)
Incapacidade para tomar decisões sobre seus próprios interesses
Substantivo que caracteriza aquele ou aquilo que está suscetível ao ataque físico ou emocional ou a danos
Sentimento de fragilidade
Estado ou sentimento de solidão
Uma capacidade ou liberdade limitada
Estado ou situação de risco

Fonte: Dados obtidos na pesquisa ao Portal Capes em 6 de maio de 2016.

GRUPOS VULNERÁVEIS

Do que se estabelece em termos de dimensões e características da vulnerabilidade, constituem-se aquilo que chamamos de camadas, populações e grupos vulneráveis. Mas há que se questionar: quem são esses indivíduos ou populações, e qual é o papel daqueles que se propõem ao cuidado das pessoas vulneráveis? Segundo Sveinsdóttir e Rehnsfeldt (2005), uma série de relatórios governamentais e não governamentais mostra que as crianças, os imigrantes, bem como aqueles que são pobres, idosos, deficientes e doentes mentais, são vulneráveis a problemas de saúde. Há relatos do Unicef sobre crianças em pobreza extrema, mas há também relatos de órgãos que cuidam de idosos, os quais mencionam que os cuidados em lares desse segmento populacional muitas vezes prejudicam e afetam a saúde mental deles. Para os autores Sveinsdóttir e Rehnsfeldt (2005), isto é imperativo para as profissões que auxiliam a cuidar da saúde desses grupos, pois há que se estar ciente das condições macro pelas quais a saúde é influenciada, a fim de lutar por sua causa.

Mulheres, crianças, adolescentes, idosos, população de rua, pessoas com deficiência física ou sofrimento mental comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) estão suscetíveis à violação dos seus direitos como cidadãos.

Imigrantes, grupos indígenas, também são grupos vulneráveis. Associam-se a esses, grupos vinculados a questões raciais, orientações religiosas, entre outros. Pertencentes às chamadas “minorias”, por motivo diverso, tem acesso, participação e/ou oportunidade dificultada ou até mesmo vetada, a bens e serviços disponíveis para a população, e sofrem, por conta desse fato, os efeitos da exclusão.

Sob a condição proposta por Macklin (2004), ou seja, que a vulnerabilidade indica uma capacidade ou liberdade limitada, podem ser considerados vulneráveis grupos específicos: “incluem-se aí membros subordinados de grupos hierárquicos como militares ou estudantes; pessoas idosas com demência e residentes em asilos; pessoas que recebem benefícios da seguridade ou assistência social; outras pessoas pobres desempregadas; pacientes em salas de emergência; alguns grupos étnicos e raciais minoritários; sem-teto, nômades, refugiados ou pessoas deslocadas; prisioneiros; e **membros de comunidades sem conhecimento** dos conceitos médicos modernos” (MACKLIN, 2004, p.60, grifo nosso).

O quadro 3 apresenta a tipologia dos grupos vulneráveis, segundo a literatura investigada para os propósitos desta pesquisa. Pode-se perceber que os conceitos sobre vulnerabilidade revelam a ampla gama de percepções sobre as características deles, bem como aquilo que identifica quais grupos são considerados vulneráveis, tendo em vista que a utilização do tema se apresenta em diversas áreas do conhecimento, o que gera compreensões distintas sobre o mesmo assunto.

Quadro 3 – Grupos vulneráveis – tipologia

Grupos vulneráveis
Sem-teto, imigrantes, nômades, refugiados ou pessoas deslocadas
Pessoas com diagnóstico de doenças mentais
Pessoas idosas e/ou com demência e residentes em asilos (principalmente mulheres idosas)
Pessoas com deficiência
Pessoas doentes de modo geral
Minorias raciais (jovens negros, por exemplo)
Prisioneiros
Membros de comunidades sem conhecimento (MACKLIN, 2004)
Pessoas que recebem benefícios da seguridade ou assistência social
Pessoas pobres, desempregadas ou em desvantagem econômica
Membros subordinados de grupos hierárquicos como militares ou estudantes
Pacientes em salas de emergência
Minorias étnicas (comunidades quilombolas, por exemplo)
Povos indígenas
Pessoas com fragilidade quanto a direitos humanos e pessoas em perigo

Fonte: Dados obtidos na pesquisa (a partir da busca ao Portal Capes em 6 de maio de 2016, principalmente e também em MACKLIN, 2004; SVEINSDÓTTIR; REHNSFELDT, 2005; FAWCETT, 2009).

Constata-se, deste modo, que, apesar dos avanços conceituais apontados na literatura, o termo vulnerabilidade ainda carece de uso em diversas áreas do conhecimento, estando aí a ciência da informação como possibilidade à interdisciplinaridade e ao uso em conexão com a competência em informação.

ELEMENTOS DE CONEXÃO ENTRE A COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E A VULNERABILIDADE

Para assumir uma conexão possível entre temáticas, pode-se recorrer a diversos caminhos. Adotamos neste trabalho aquele que se refere aos elementos que se apresentam na competência em informação (características, etapas) e que visam minimizar os efeitos da vulnerabilidade. Ainda assim, considera-se oportuno conceituar, para os propósitos deste trabalho, os sentidos que se quer dar aos dois temas.

A competência em informação consiste num processo, e como tal depende da internalização de fundamentos conceituais e atitudinais, de valores e do desenvolvimento de habilidades necessárias à compreensão do universo informacional – estando aí os recursos (fontes, instrumentos) informacionais com sua dinâmica e evolução para propiciar às pessoas o aprendizado (dirimir dúvidas, lacunas, problemas e atender necessidades e oportunidades de informação), o que se caracteriza em última instância pelo uso da informação para si ou para o outro, seja em benefício próprio ou com a finalidade de comunicar a outras pessoas e à sociedade. Este processo ocorre, deste modo, por meio das dimensões técnica, estética, ética e política em equilíbrio⁸.

⁸ Este conceito foi elaborado a partir de pesquisa realizada entre os anos de 2006 e 2016 (livro no prelo pela Editora da UFSC).

Na perspectiva deste conceito, quaisquer tentativas de teorizações e práticas sobre o desenvolvimento da competência em informação nos variados grupos de pessoas devem estar calcadas na dimensão política, como instrumento de emancipação, de cidadania – essencial ao convívio em sociedade, bem como à dimensão técnica, no que se refere ao domínio dos recursos informacionais e da informação propriamente dita para a resolução de problemas, conflitos, lacunas, dúvidas e, por que não, oportunidades de informação. Num olhar sob a dimensão estética, o sensível, a criação, a inovação e a autonomia devem se fazer presentes e instigados na formação inicial e contínua das pessoas. O pensamento crítico, ligado às posturas éticas – fundamentais na competência e no trato com a informação constitui os alicerces e se caracteriza pela dimensão ética, a qual se constitui a base fundante desse processo.

A vulnerabilidade, por sua vez, pode ser caracterizada como um estado de susceptibilidade a danos causados por excesso de exposição ou falta de acesso, ou ainda a tensões associadas com a mudança ambiental e social e a consequente ausência de capacidade de adequação a dadas situações (ADGER, 2006)⁹.

Em vista dos termos apresentados – competência em informação e vulnerabilidade - Capurro (2009) ressalta que saber dosar a informação e a comunicação requer longo aprendizado que deveria começar na família e na escola. No mundo do trabalho, essa “dosagem” não pode ser negligenciada, tendo em vista que se pode criar uma situação de saturação digital e resultar em danos para as pessoas, tais como enfermidades mentais e/ou corporais. De acordo com González de Gómez (2010), nas sociedades em que a integração se dá por meio do poder e do dinheiro podem acontecer distúrbios e danos que afetam as pessoas em todas as dimensões de realização de sua vida, e com a informação não é diferente.

Por esta via de raciocínio, o quadro 4 apresenta os elementos de conexão entre competência em informação e vulnerabilidade. As conexões que emergem no quadro 4 permitem vislumbrar áreas de atuação, cuja conquista máxima é a resiliência.

Sob este olhar, os desafios que se apresentam à pesquisa sobre a vulnerabilidade em informação vão muito além da criação de um conceito: já se iniciam naquilo que se denomina “sociedade da informação” (WERTHEIN, 2000) ou “sociedade da desinformação” (esta última numa alusão ao que foi dito por Demo, 2000) e percorrem o caminho e a tarefa de propor e de desenvolver medidas robustas e credíveis que incorporem métodos diversos (pesquisa básica, pesquisa aplicada, abordagens “quali” e “quanti”) que possibilitem identificar a percepção do risco de vulnerabilidade e incorporar a “governança” (políticas públicas) sobre os mecanismos que medeiam a vulnerabilidade (ADGER, 2006), além de promover ações (de adequação e de resiliência) para o desenvolvimento da competência em informação e assim minimizar os efeitos “imbecilizantes” do excesso e da falta de informação (DEMO, 2000, p. 37).

Sabemos que os desafios são comuns aos domínios da vulnerabilidade e da competência em informação, e, nesta via, ambas podem se constituir no foco e no objeto de estudo da ciência da informação, o que encaminha para o conceito de vulnerabilidade em informação e para pesquisas nesse campo interdisciplinar.

⁹ Conceito obtido na busca às bases do Portal Capes e selecionado como norteador deste trabalho.

Quadro 4 – Elementos de conexão entre a competência em informação e a vulnerabilidade

Competência em informação	Vulnerabilidade	Elementos de conexão
Consiste num processo	Conjunto de processos políticos, econômicos, culturais e psicológicos que possibilitam ocorrência de enfermidades Processo do viver humano	Processo Dimensão política
Depende da internalização de fundamentos conceituais e atitudinais, de valores e do desenvolvimento de habilidades	Sensibilidade e capacidade de adaptação/adequação/ resposta à mudança	Resiliência Dimensão estética
Desenvolvimento de habilidades necessárias à compreensão do universo informacional	Carência de condições cognitivas de acesso à informação e recursos	Acesso à informação Dimensão técnica
Propicia ao indivíduo o aprendizado (dirimir dúvidas, lacunas, problemas e atender necessidades e oportunidades de informação)	Apresenta-se na suscetibilidade/ exposição das pessoas a problemas e danos/riscos	Necessidades de informação
A dimensão ética se configura na base fundante desse processo	A dimensão ética se apresenta na proteção e defesa dos grupos vulneráveis A vulnerabilidade pode ser analisada tanto do ponto de vista do contexto, como do ponto de vista da existência humana, e nesta, como uma exigência ética	Dimensão ética como base do processo

Fonte: Dados obtidos na pesquisa.

Na possibilidade de proposição de um conceito para “vulnerabilidade em informação”, mas sem pretender esgotar o tema, pois estamos cientes da necessidade de novos aprofundamentos resultantes do alcance dos demais objetivos da pesquisa em andamento, nos arriscamos a propor um sentido à nova temática: a vulnerabilidade em informação é um estado de suscetibilidade a danos causados às pessoas por excesso de exposição à informação ou falta de acesso à informação e a tensões associadas a esse fenômeno na sociedade, devido à ausência de resiliência no que concerne ao desenvolvimento das dimensões técnica, estética, ética e política da competência em informação¹⁰.

10 Conceito elaborado a partir da pesquisa bibliográfica realizada para os fins desta pesquisa, mas também inspirado em três trabalhos já publicados, decorrentes da mesma (LEAL; VITORINO; ORELO; OLIVEIRA; LUCCA, 2017; GARCIA; VITORINO; ORELO; OLIVEIRA; LUCCA, 2017; PAIANO; VITORINO; ORELO; OLIVEIRA; LUCCA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos, características e demais elementos constituintes das temáticas competência em informação e vulnerabilidade apresentados como resultado do objetivo deste trabalho denotam que as possibilidades de conexão são viáveis. Portanto, representam indicativos sólidos para propor uma nova temática de estudos, a “vulnerabilidade em informação”.

É nesse sentido que se concretiza mais um passo na evolução das pesquisas sobre competência em informação: o crescimento e evolução de uma área de conhecimento, depende, em grande parte – principalmente quando estamos tratando de uma temática das ciências sociais aplicadas – do esforço em estabelecer conexões com outras áreas (interdisciplinaridade).

Quando tratamos da competência em informação, isso nos parece imprescindível, tendo em vista que estamos investigando assuntos cuja complexidade é comum.

A conexão entre a vulnerabilidade e a competência em informação tem impacto positivo na evolução de ambas as temáticas, pois possibilita a geração da demanda por pesquisas, as quais podemos citar: competência em informação e cidadania; competência em informação e minorias sociais; competência em informação, ansiedade e excesso de informação; competência em informação e falta de informação; competência em informação e profissionais da informação; competência em informação e educação a distância (EaD); competência em informação e protagonismo social; competência em informação e resiliência.

Neste trabalho - cujo foco se centrou no esclarecimento de uma base conceitual para a conexão entre a vulnerabilidade e a competência em informação - nossa intenção foi estabelecer uma solidez de argumentos que favoreçam a ligação entre ambas, mediante a visualização das características, elementos constituintes e possibilidades de pesquisa e de intervenção prática. A evidência desta conexão se dá, em grande parte, nas possibilidades de identificação de indicadores que caracterizem a vulnerabilidade de grupos específicos, pela via das dimensões técnica, estética, ética e política e de intervenções em grupos vulneráveis: este é um dos caminhos que se empreenderá nesta pesquisa.

O pilar mais consistente da competência em informação, no nosso entender, concretiza-se na educação para a informação, pois pessoas que se desenvolvem e que passam de dada condição de vulnerabilidade social, alcançam um patamar elevado na sociedade – se “inserir” efetivamente nesta - pois poderão usufruir da cidadania e contribuir de maneira efetiva para uma vida mais feliz.

Espera-se, instituindo um cenário prospectivo, investigações acerca do educar e do orientar pessoas em relação a velhas e novas formas de tratamento e uso de dados disponíveis em diversos setores da sociedade, para assegurar que elas serão menos vulneráveis à “falta de informação”, utilizando-se de atividades de desenvolvimento da competência em informação, com respaldo científico necessário. A essência deste desenvolvimento não pode ser limitada a determinados “tratamentos” e grupos específicos, mas deve proporcionar o domínio da pesquisa e das tendências, a fim de subsidiar pessoas que não estão necessariamente “fora da sociedade da informação”, atendendo à determinação de que todos nós, em algum momento da nossa vida, estamos sujeitos à vulnerabilidade (FAWCETT, 2009).

Outro aspecto a considerar, senão um desafio, consiste em que os recursos para reduzir a vulnerabilidade das pessoas, em tempos de crise, estão, em grande parte, em instituições sociais. Políticas e estratégias que reduzem a vulnerabilidade e promovem a resiliência mudam o status quo, e muitas instituições frequentemente são resistentes a esse fato. Apesar das limitações da teoria, dados e métodos descritos nos estudos apresentados por Adger (2006), há pesquisas já desenvolvidas e divulgadas sobre vulnerabilidade e resiliência que podem fornecer dados e apresentar possibilidades também para a redução da vulnerabilidade em informação em termos de benefícios e de sustentabilidade para todos.

REFERÊNCIAS

- ADGER, W. N. Vulnerability. *Global Environmental Change*, v. 16, n.3, p. 268–281, 2006. DOI: <http://dx.doi.org.ez46.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.gloenvcha.2006.02.006>
- ADORNO, R. de C. F. *Capacitação solidária: um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social*. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS), 2001. Disponível em: <<http://dspace.fsp.usp.br/xmlui/bitstream/handle/bdfsp/673/ado001.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 fev. 2018.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL). *Framework for Information Literacy for Higher Education*. Chicago: ALA, 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>>. Acesso em: 02 out. 2017.

- ARÁN, M.; PEIXOTO JÚNIOR, C. A. Vulnerabilidade e vida nua: bioética e biopolítica na atualidade. *Revista de Saúde Pública*, v. 41, n. 5, p. 849-57, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v41n5/5774.pdf>>. Acesso em 02 fev. 2017.
- AYRES, J. R. de C. M. et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. de (Org.). *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. E-book. Disponível em: <<https://books.google.pt/books?hl=pt-BR&lr=&id=UEqBQAAQBAJ&oi=fnd&pg>>
- BROMBACHER, A. Vulnerability. *Quality and Reliability Engineering International*, v. 27, n.1, p. 1, 2011. Disponível em: <<http://onlinelibrary-wiley-com.ez46.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1002/qre.1186/epdf>>. Acesso em 16 maio 2016.
- CAPURRO, R. Ética intercultural de la información. In: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. de. (Org.). *A ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional: o olhar da Filosofia, da Sociologia, da Ciência da Informação e da formação e do exercício profissional do bibliotecário no Brasil*. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p. 43-64. Disponível em: <<http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/432/1/A%20%20c3%89tica%20na%20Sociedade%2c%20na%20%20c3%81rea%20da%20Informa%3a7%20a3o%20e%20da%20Atua%3a7%20a3o%20Profissional.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.
- CUNHA, T.; GARRAFA, V. Vulnerability: a key principle for global bioethics? *Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics*, v. 25, n. 2, p.197-208, 2016. Disponível em: <<http://journals-cambridge-org.ez46.periodicos.capes.gov.br/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=10225159&fileId=S096318011500050X>>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- DEMO, P. Ambivalências da Sociedade da Informação. *Ciência da Informação*, v. 29, n. 2, p. 37-42, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a05v29n2>>. Acesso em: 09 fev. 2018.
- DEPARTMENT OF HEALTH (DH). *No Secrets: Guidance on Developing and Implementing Multi-agency Policies and Procedures to Protect Vulnerable Adults from Abuse*. London: The Stationery Office, 2000. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/194272/No_secrets_guidance_on_developing_and_implementing_multi-agency_policies_and_procedures_to_protect_vulnerable_adults_from_abuse.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2017.
- FAWCETT, B. Vulnerability: questioning the certainties in social work and health. *International social work*, v. 52, n. 4, p. 473-484, 2009. Disponível em: <<http://isw.sagepub.com/content/52/4/473.full.pdf+html>>. Acesso em: 10 jul. 2016.
- FEITO, L. Vulnerabilidad. *Anales del Sistema Sanitario de Navarra*, v. 30, supl. 3, p. 7-22, 2007. Disponível em: <<http://scielo.isciii.es/pdf/asisna/v30s3/original1.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2017.
- GARCIA, T. K. et al. Os temas “vulnerabilidade” e “vulnerabilidade em informação” no buscador Google. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – RBBB* (Online), v. 13, p. 102-122, 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/818/654>>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. Perspectivas em ética da informação: acerca das premissas, das questões normativas e dos contextos da reflexão. In: FREIRE, G. H. de A. (Org.). *Ética da informação: conceitos, abordagens, aplicações*. João Pessoa: Ideia, 2010. p. 147-163. Disponível em: <<http://ru.ffyl.unam.mx/bitstream/handle/10391/1328/teaching%20information%20ethics.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 maio 2018.
- LEAL, M. L. et al. O tema “vulnerabilidade” no Portal BU-UFSC: subsídios para a construção de um conceito de vulnerabilidade em informação no âmbito da competência em informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – RBBB*, v. 13, p. 53-80, 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/816/652>>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- MACKLIN, R. Bioética, vulnerabilidade e proteção. In: GARRAFA, V.; PESSINI, L. (Org.). *Bioética: poder e injustiça*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 59-70.
- PAIANO, G. S. et al. O tema “vulnerabilidade” na SciELO: contribuições para a construção conceitual de “vulnerabilidade em informação”. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação – RBBB* (Online), v. 13, p. 81-101, 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/817/653>>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- SVEINSDÓTTIR, H.; REHNSFELDT, A. Vulnerability. *Scandinavian journal of caring sciences*, v.19, n. 2, 85p, 2005. DOI: <http://dx.doi.org.ez46.periodicos.capes.gov.br/10.1111/j.1471-6712.2005.00329.x>
- UNESCO. Education 2030: Incheon Declaration and Framework for Action. 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002456/245656e.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2017.
- UNESCO. Proclamation of 28 September as the “International day for the universal access to information”. In: General Conference, 38., 2015, Paris. Presentation. Paris, 2015. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002352/235297e.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2018.
- VITORINO, E. V. Análise dimensional da competência em informação: bases teóricas e conceituais para reflexão. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, v. 9, p. 421-440, 2016a. Disponível em: <periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/16051/13702>. Acesso em 15 maio 2018.
- _____. Competência em informação: relatório de pesquisa realizada com os dirigentes de Bibliotecas de Instituições de Educação Superior do Sul do Brasil. In: ALVES, F. M. M.; CORRÊA, E. C. D.; LUCAS, E. R. de O.(Org.). *Competência em informação: políticas públicas, teoria e prática*. Salvador: EDUFBA, 2016b. p. 387-407.

VITORINO, E.V.; PIANTOLA, D. Competência informacional: bases históricas e conceituais: construindo significados. *Ciência da Informação*, v. 38, n. 3, p. 130-141, 2009. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/17723/1/Vitorino-Art-v38n3-2009.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

_____. Dimensões da competência informacional. *Ciência da Informação*, v.40, n.1, p.99-110, 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1328>>. Acesso em: 15 maio 2018.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desafios. *Ciência da Informação*, v. 29, n.2, p.71-77, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2018.

ZURKOWSKI, P. G. Information services environment relationships and priorities. Related Paper No. 5. Washington, D.C: National Commission on Libraries and Information Science, 1974. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2017.